



Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE ABRIL DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1981

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Antônio Cotrim.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) -- Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

Mensagem N.º 34/81

Curitiba, 10 de abril de 1981.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva introduzir alterações aos dispositivos que especifica, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1981 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

A medida ora submetida a exame dessa augusta Casa de Leis consubstancia proposta formulada pela Presidência do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, através do Ofício n.º 384/81, de 6 do corrente mês, cujo texto segue anexo por cópia autêntica.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES
Governador em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º -- O Código de Organização e Divisão Judiciárias passa a vigorar com as alterações constantes desta Lei.

Art. 2.º -- O art. 23 fica acrescido de três parágrafos, com a seguinte redação:

“Art. 23 --

§ 1.º - As correções nos cartórios dos ofícios do foro judicial e extrajudicial e demais órgãos, na Comarca de Curitiba, serão feitas por Juízes de Direito e presididas pelo Corregedor da Justiça.

§ 2.º - Para esse fim, e por proposta da Corregedoria da Justiça, o Conselho da Magistratura poderá autorizar a convocação, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, de Juízes de Direito da Comarca de Curitiba, em número não superior a 4 (quatro).

§ 3.º -- Os Juízes convocados exercerão, também, funções correlatas, a critério do Conselho da Magistratura.”

Art. 3.º -- O Art. 24 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 24 -- O Juiz convocado, pelo exercício das funções mencionadas no artigo anterior, nenhuma vantagem pecuniária perceberá, salvo transporte e diária para alimentação e pousada, quando se deslocar de sua sede (art. 129, da L.O.M.N.).”

Art. 4.º -- O art. 25 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 25 -- Haverá, na Corregedoria, livro próprio para registro de queixas, de qualquer do povo, por abusos, erros ou omissões das autoridades judiciárias, seus auxiliares, serventuários e funcionários da Justiça.”

Art. 5.º -- O inciso III, do art. 207 e suas alíneas a e b, passam a ter a seguinte redação:

“

III -- 66 Juízes de entrância Final, sendo:

a) 43 Titulares de Varas;

b) 23 Juízes de Direito Substituto.”

Art. 6.º -- O inciso VII, do art. 222 passa a ter a seguinte redação:

“

VII - Exercer inspeção permanente do foro extrajudicial da Comarca, nos respectivos cartórios, enviando ao Corregedor da Justiça, relatórios trimestrais de suas atividades.”

Art. 7.º -- O parágrafo único do art. 178 passa a ser o parágrafo 1.º, ficando o mesmo artigo acrescido de mais um parágrafo com a seguinte redação:

§ 2.º - O substituto do titular de Ofício remunerado pelos cofres públicos, durante o período de substituição, perceberá o vencimento ou diferença de vencimento do substituído.”

Art. 8.º -- O art. 210 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 210-- São as seguintes as Seções Judiciárias:

1.ª) -- Comarca de Curitiba: 1.ª, 2.ª e 5.ª Varas Cíveis;

2.ª) -- Comarca de Curitiba: 3.ª, 4.ª e 6.ª Varas Cíveis;

3.ª) -- Comarca de Curitiba, 9.ª, 10.ª e 11.ª Varas

Cíveis;
 4^a) – Comarca de Curitiba: 13a., 14a. e 15a Varas
 Cíveis;
 5^a) – Comarca de Curitiba: 18a. Vara Cível,
 Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho, e Audi-
 toria da Justiça Militar;
 6^a) – Comarca de Curitiba: 1a. e 3a. Varas de
 Família;
 7^a) – Comarca de Curitiba: 2a. e 4a. Varas de
 Família;
 8^a) – Comarca de Curitiba: 1a. e 3a. Varas da
 Fazenda Pública, Falências e Concordatas;
 9^a) – Comarca de Curitiba: 2a. e 4a. Varas da
 Fazenda Pública, Falências e Concordatas;
 10^a) – Comarca de Curitiba: 1a. e 2a. Varas Cri-
 minais e Vara do Tribunal do Juri,
 11^a) – Comarca de Curitiba: 4a., 5a. e 6a. Varas
 Criminais,
 12^a) – Comarca de Curitiba: 11a. Vara Criminal
 e Varas das Execuções Penais,
 13^a) – Comarca de Curitiba: 1a. Vara dos Delitos
 de Trânsito,
 14^a) – Comarca de Curitiba: 2a. Vara dos Delitos
 de Trânsito;
 15^a) – Comarca de Curitiba: Vara de Menores;
 16^a) – Comarca de Londrina: Varas Cíveis;
 17^a) – Comarca de Londrina: Varas Criminais,
 Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes
 do Trabalho, e Comarca de Assaí,
 18^a) – Comarca de Maringá: Varas Cíveis e Vara
 de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do
 Trabalho,
 19^a) – Comarca de Maringá: Varas Criminais, e
 Comarcas de Mandaguari e Marialva;
 20^a) – Comarca de Ponta Grossa: Varas Cíveis
 e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do
 Trabalho;
 21^a) – Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais,
 e Comarcas de Imbituva, Ipiranga e Teixeira Soares;
 22^a) – Comarca de Cascavel: Varas Cíveis e Vara
 de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Tra-
 balho;
 23^a) – Comarca de Cascavel: Varas Criminais, e
 Comarcas de Corbélia e Ubatã,
 24^a) – Comarca de Campo Mourão,
 25^a) – Comarca de Umuarama;
 26^a) – Comarca de Guarapuava, Palmital e Pi-
 tangá;
 27^a) Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul e
 Marilândia do Sul;
 28^a) – Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão
 e Peabiru,
 29^a) – Comarcas de Foz do Iguaçu, Matelândia,
 Medianeira, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu;
 30^a) – Comarcas de Francisco Beltrão e Dois
 Vizinhos;
 31^a) – Comarca de Paranaguá, Antonina e Mor-
 retes;
 32^a) – Comarcas de Paranavaí, Paraíso do Norte
 e Terra Rica,
 33^a) – Comarcas de Pato Branco, Chopinzinho e
 Coronel Vivida;
 34^a) Comarcas de Arapongas, Astorga e Colorado;
 35^a) Comarcas de Araucária, Rio Negro e Mallet;
 36^a) Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do
 Oeste e Palotina;
 37^a) Comarcas de Cornélio Procopio, Congonhi-
 nhas, Nova Fátima, São Jerônimo da Serra e Uraí;

38^a) – Comarcas de Cruzeiro do Oeste e Cidade
 Gaúcha;
 39^a) – Comarcas de Guaíra, Altônia, Pérola e
 Xambrê;
 40^a) – Comarcas de Ivaiporã, Barbosa Ferraz,
 Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí;
 41^a) – Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e
 Ribeirão Claro;
 42^a) – Comarcas de Laranjeiras do Sul e Gua-
 raniçu;
 43^a) – Comarcas de Rolândia, Cambé, Jaguapitã
 e Porecatu;
 44^a) – Comarcas de São José dos Pinhais, Bocaiú-
 va do Sul e Cerro Azul;
 45^a) – Comarcas de Toledo, Marechal Cândido
 Rondon e Terra Roxa do Oeste;
 46^a) – Comarcas de União da Vitória, Clevelândia
 e Palmas;
 47^a) – Comarcas de Bandeirantes, Andirá, Cambará
 e Santa Mariana;
 48^a) – Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ibi-
 porã, Primeiro de Maio e Sertãoópolis;
 49^a) – Comarcas de Campo Largo, Colombo e
 Palmeira;
 50^a) – Comarcas de Castro, Curiúva, Ibaiti e Piraí
 do Sul;
 51^a) – Comarcas de Goioerê, Alto Piquiri e Iporã;
 52^a) – Comarcas de Irati, Prudentópolis e Re-
 bouças;
 53^a) – Comarcas da Lapa, São João do Triunfo
 e São Mateus do Sul;
 54^a) – Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa
 Izabel do Ivaí;
 55^a) – Comarcas de Nova Esperança, Alto Paraná,
 Mandaguaçu e Paranacity;
 56^a) – Comarcas de Santo Antônio da Platina,
 Joaquim Távora e Ribeirão do Pinhal;
 57^a) – Comarcas de Santo Antônio do Sudoeste,
 Barracão, Capanema e Realeza;
 58^a) – Comarcas de Telêmaco Borba, Cândido de
 Abreu, Reserva e Tibagi;
 59^a) – Comarcas de Wenceslau Braz, Jaguariaíva,
 Sengês, Siqueira Campos e Tomazina.”
 Parágrafo único. Haverá ainda, na Comarca de
 Curitiba, mais 4 (quatro) Seções Judiciárias, a saber:
 60^a) – Comarca de Curitiba: 7a. e 8a. Varas
 Cíveis;
 61^a) – Comarca de Curitiba: 12a., 16a. e 17a.
 Varas Cíveis;
 62^a) – Comarca de Curitiba: 3a., 7a. e 8a. Varas
 Criminais;
 63^a) – Comarca de Curitiba: 9a. e 10a Varas
 Criminais.”

Art. 10 – Ficam criados 6 (seis) cargos de Juiz de Direito
 Substituto de entrância final.

Art. 11 – As despesas com a execução desta Lei cor-
 rerão à conta das dotações próprias consignadas no orçamen-
 to do Estado.

Art. 12 – Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-
 blicação, revogadas as disposições em contrário.

– Ao Departamento Legislativo.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-
 ções regimentais, REQUER o encaminhamento à Comissão de

Constituição e Justiça da inclusa fotocópia e substitutivo geral para integrar o Projeto de Lei n.º 29/81, ora em apreciação pela mesma.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O substitutivo que ora propomos se justifica no fato de que somente a data número 14 é necessária para a construção de edifício público, não a área anteriormente citada.

EMENDA:

EMENDA

AO PROJETO DE LEI N.º 29/81

Art. 1.º - Fica o Estado do Paraná autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Iporã a data de número 14, e Quadra 74 da planta da referida cidade, com a área total de 450,00 m², havida da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda.— SINOP, conforme escritura lavrada em 30 de outubro de 196., transcrito no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã sob n.º 477, do Livro 3 das transcrições, Talão n.º 5, página 47, para a construção de edifícios públicos.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ATA dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, em data de 13 de abril do corrente ano, do Sr. JOÃO CORREIA DE FREITAS, residente em Paranaguá, neste Estado.

O extinto era progenitor dos Srs. JOÃO DE FREITAS, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação e AMOSIS CORREIA DE FREITAS, Presidente da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A. do Paraná.

Tal passamento consternou profundamente a sociedade de Paranaguá, onde o mesmo residia, tendo em vista a grande estima, respeito e amizade que o extinto angariou durante sua vida no setor familiar e privado.

Requer ainda que, do pronunciamento, desta Casa, se dê ciência à família enlutada, pelos Srs. Dr. JOÃO DE FREITAS, Chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Educação, e, Dr. AMOSIS CORREIA DE FREITAS, Presidente da L.B.A., nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) GABRIEL MANOEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ATA, nos trabalhos de hoje, de um VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo infausto passamento, na data de hoje da IRMÃ RAFAELA WANDA RYMKIEVICZ, ocorrido na Cidade de Prudentópolis.

Requer, ainda, que da decisão da Casa se dê ciência à família enlutada e à direção do Colégio Imaculada Virgem Maria de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO.

JUSTIFICATIVA:

A Irmã RAFAELA era por demais estimada naquela cidade, face os seus dotes de coração e de espírito, tendo durante longos anos lecionado no Colégio Coração de Maria onde era bastante estimada e respeitada, sendo o seu passamento muito sentido por todos os que tiveram o privilégio de conhecê-la e com ela conviver.

Nascida na Rússia, veio para o Brasil com 9 anos de idade e daqui nunca mais saiu, tendo ingressado na Congregação das Servas de Maria Imaculada, em 1915.

Prestou efetivos e reais serviços não só em Prudentópolis, como em todo o Estado.

Sua morte representa uma lacuna difícil de ser preenchida no setor educacional religioso, bem como nas lides da benemerência, já que sempre esteve a serviço dos menos favorecidos da sorte.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, com bases regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, UM VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do Sr. AUGOSTINHO DELLAPRIA, na Cidade de DOUTOR CAMARGO.

Requer, OUTROSSIM, que após aprovado o requerido, seja dada ciência à família enlutada na Cidade de Doutor Camargo.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa que ora propomos ao Sr. AUGOSTINHO DELLAPRIA, deve-se ao fato de tratar-se de um dos pioneiros, desbravador e fundador de DOUTOR CAMARGO, sendo um homem íntegro, sempre lutando em prol dos necessitados e do desenvolvimento do município.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, UM VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento ocorrido hoje na Cidade de NOVA AMÉRICA DA COLINA do Sr. JOÃO PEREIRA.

Requer, OUTROSSIM, que após aprovado o requerido seja dada ciência à família enlutada na Cidade de NOVA AMÉRICA DA COLINA.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa que ora propomos ao Sr. João Pereira, deve-se ao fato de tratar-se de um dos pioneiros do Norte Velho, desbravador e fundador de Nova América da Colina, sendo um homem íntegro, sempre lutando em prol dos necessitados e do desenvolvimento do município.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, o registro de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO SKRABA, ocorrido dia 18 próximo passado, no Município de Araucária.

Outrossim, requer aprovado o presente, se dê ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Senhora ANITA SKRABA.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente contendo votos de congratulações ao Grupo de Alcoólicos Anônimos SÃO JOSÉ, localizado à Rua Princesa Izabel, 237, na cidade de Ponta Grossa, pelo transcurso do 2.º aniversário de fundação daquele Grupo de Alcoólatras Anônimos - AA, a transcorrer no próximo dia 25 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

O grande trabalho desenvolvido, não somente pelo Grupo de Alcoólatras Anônimos SÃO JOSÉ da cidade de Ponta Grossa, mas também daqueles grupos de AA existentes em nossa Capital, no interior do Estado e demais partes do Brasil e do mundo, já justifica o voto que ora apresentamos, mas se lermos com bastante cuidado e meditarmos nas palavras escritas no convite cuja cópia anexamos em xerox, veremos que nessas palavras impressas, constam a seriedade de um programa de recuperação do doente alcoólatra, que somando a sua vontade de parar de beber com a nossa compreensão e apoio, iremos ajudar na recuperação não somente do doente do alcoolismo, mas de toda a sua família e que, direta ou indiretamente, sofre pelo mesmo problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, solicitando instalação do Sistema de Telefonia em DDD, no Município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Fundamentamos o presente requerimento nos inúmeros pedidos apresentados pela população do Município de Jesuítas criado recentemente.

O referido município já possui sistema em DDO, e por esta razão, reivindicamos Sistema em DDD, o que beneficiará todos os moradores da região, que assim terão seus negócios e comunicações agilizados.

Contamos com o apoio dos nobres colegas Parlamentares, para aprovação deste expediente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Sr. Ministro do Interior, MÁRIO ANDREAZZA, consubstanciando apelo para que o Banco Nacional de Habitação não venha a adotar o propalado reajuste semestral.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Toda a população brasileira vive dias angustiosos, derivados da situação econômica nacional, com elevados percentuais de inflação, aliado ao surgimento de preocupantes níveis de desemprego e uma grande rotação de assalariados entre as empresas.

Com isto, muitos segmentos da classe média e daqueles de menos renda, ou são obrigados a trocar de emprego, muitas vezes com salários inferiores, e quando não, acham-se desem-

pregados.

E sobreleva notar que entre as classes, a dos funcionários públicos federais, estaduais, e da maioria dos municípios, encontram-se em grande desvantagem, haja visto que não foram contemplados com reajuste semestral, além de terem obtido percentuais de aumento salariais bastante inferiores aos índices inflacionários e de reajuste das demais classes. Se para aqueles a situação é preocupante, para estes um reajuste semestral, no pagamento da habitação, se afigura catastrófico.

Assim, o reajuste semestral para as contribuições dos mutuários do Banco Nacional de Habitação, surge como mais um pesado encargo, que muitos não terão condições de suportar.

É de se salientar ainda, que o Banco Nacional da Habitação foi criado com uma concepção social e a medida se adotada, contraria o pressuposto.

Não obstante a medida ser da alçada federal, todavia como os seus reflexos se farão notar pesadamente sobre grande parcela dos paranaenses, julgamos que o envio de expediente, sob a forma de sugestão, além de consubstanciar o desejo de milhares de mutuários, estará em condições de receber o apoioamento dos nossos eminentes Pares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior e ao Excelentíssimo Sr. Presidente da SANEPAR, solicitando urgentes medidas para solucionar o abastecimento de água na Cidade de Ubatã, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Ubatã, importante comuna localizada no Centro-Oeste paranaense, passa a sua população por momentos cruciais e difíceis, dado a falta de água.

O abastecimento é feito em parte das residências e comércio, oriundo de mananciais e poço artesiano. Ocorre que há mais de quarenta dias o poço número dois, com capacidade de 13.000 litros/hora, está com problemas de fornecimento e providências não foram tomadas pela SANEPAR, levando com isso a faltar água constantemente para a população daquela cidade, provocando inclusive um verdadeiro clima de revolta pelo desleixo e falta de atendimento da SANEPAR.

Urge que medidas sejam tomadas para solucionar esta necessidade do povo da cidade de Ubatã, que pelo menos merece o respeito pelo progresso que ajuda a construir no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER envio de telex ao Sr. Presidente João Baptista Figueiredo, manifestando total apoio dos integrantes da Assembléia Legislativa do Paraná, ao processo de abertura democrática em curso.

A manifestação deverá contar especificamente os nomes dos Parlamentares que apoiarem este requerimento.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores, atendidas as formalidades regimentais, REQUEREM a nomeação dos expropriados da

Hidrelétrica de Itaipu reassentados nos limites do próprio Estado, assim como da localização e superfície das terras a eles destinadas.

O requerimento deve-se à necessidade de conhecer com exatidão a situação destes agricultores, levando-se em conta as afirmações da empresa neste sentido.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1981.

(aa) GERNOTE KIRINUS, FIDELCINO TOLENTINO e
NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

1 — O Paraná precisa saber onde os paranaenses se fixaram, suas áreas, condições de vida, moradia, etc.

2 — A Binacional afirma que a maioria permaneceu no Paraná, e há dúvidas quando a isto.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Altamente elogiável a atitude dos Deputados Federais Maurício Fruet, e Amadeu Geara, do Deputado Estadual Nestor Baptista e do Vereador Massami Takayama, todos integrantes da Bancada do PMDB, ao se dirigirem a Brasília para tentar se avistar com o Sr. Ministro da Indústria e Comércio, Camilo Pena, no pressuposto de manterem o diferencial do registro de dois centavos de dólar por libra-peso, que beneficia o Porto de Paranaguá em relação ao Porto de Santos.

Ocorre que este assunto está sob o total controle do Sr. Governador do Estado, que tem liderado esta campanha no sentido de manter este diferencial por Paranaguá.

Assim é que, hoje pela manhã, segundo informações que recebi do Palácio, e por isso estou nesta tribuna, o Sr. Governador do Estado telefonou ao Ministro da Indústria e Comércio, para que ele se pronunciasse com respeito à manutenção desse diferencial, e a resposta foi a seguinte: que nada seria feito sem que houvesse um contato com o Sr. Governador.

E a promessa que havia sido feita pelo Sr. Presidente do IBC, Otávio Rainho, estava sendo mantida e nada seria reformulado, sem antes o Ministério da Indústria e Comércio e a Presidência do IBC darem uma satisfação ao Sr. Governador.

Assim pois, está — disse e repito — sob total controle do Governador do Estado, a manutenção daquele diferencial.

E, por mais louvável que seja a iniciativa dos Deputados acredito que é mais uma força que se soma, a do Governador do Estado e a nossa, que temos estado presentemente cuidando desse caso, como cuidamos no passado e cuidaremos no futuro.

Era apenas para dar esta conotação, inclusive também lembrar a esta Casa que, em data de 06 de março, o Sr. Governador do Estado mandou um telex a Otávio Rainho, Presidente do IBC, e outro ao Dr. Camilo Pena, dizendo da necessidade de manter esse diferencial.

Mérito existe do Sr. Governador em que, enquanto este diferencial for mantido, é ele quem tem sustentado a manutenção desse diferencial por Paranaguá.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos à tribuna hoje, para fazer um registro sobre o aniversário do saudoso Presidente Getúlio Vargas, ocorrido no

dia 19, deste mês.

Na verdade, o povo brasileiro homenageia ainda hoje, o Presidente Vargas, pelo seu gesto heróico, quando entregou sua vida para que, nesta Pátria, não ocorresse sangue entre seus irmãos.

E nós verificamos, Sr. Presidente, de 1954 a esta parte, que o Brasil, na verdade, deu uma guidata etudo aquilo que o Sr. Presidente Vargas registrou na sua carta-testamento, hoje se tem constatado na conduta daqueles que governam esta Nação.

E já dizia o Presidente Vargas, na sua carta-testamento, que naquela época, quando ele assumiu o governo numa espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho, os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500 por cento ao ano. Nas declarações do que importávamos, existiam fraudes constatadas de mais de cem milhões de dólares.

E veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender o seu preço, e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de termos que ceder.

Pois bem, Sr. Presidente, aquilo que verificamos quando se deu um golpe de Estado em 1964, já o Presidente Vargas sentia em 1954, situação que o levou ao gesto extremo de tirar sua própria vida para que, já naquela ocasião, nossa Pátria não fosse entregue à exploração dos especuladores estrangeiros.

E ele já dizia que, contra ele, naquela época, se uniram grupos estrangeiros a grupos nacionais.

E continuavam, com isso, como vêm fazendo, espoliando a Nação e o povo brasileiro.

E além dos lucros que ele intentou regulamentar a sua remessa ao Exterior, foi também motivo para que se desencadeasse o ódio contra o grande Presidente Vargas.

A criação da PETROBRÁS para nacionalizar o petróleo brasileiro, foi o estopim no Governo do Presidente Vargas.

E verificamos que o Brasil, ainda hoje, sofre a pressão de grupos internacionais aliados a grupos nacionais.

E, o PMDB, como um Partido que defende a economia nacional, que defende um novo rumo para o modelo econômico brasileiro, vem se sustentando na filosofia do grande Presidente Getúlio Vargas, que deu a sua vida pela sua Pátria e pelo seu povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“As ações de apoio e estímulo ao cooperativismo, foram características marcantes do Governo Ney Braga, no ano passado, e serão, temos certeza disto, as principais responsáveis por uma super safra agrícola que deveremos colher este ano.

Graças a este apoio, os agricultores do Paraná obtiveram uma série de facilidades no tocante à mecanização agrícola, adequação dos custos de produção, maior participação na comercialização, acesso a melhores mercados e uma série de outros benefícios.

O BRDE financiou, durante o ano passado, vinte e cinco cooperativas singulares e centrais, possibilitando operações na ordem de quase 785 milhões de cruzeiros. Por sua vez, o BADEP destinou recursos de 593 milhões de cruzeiros às cooperativas, contribuindo muito para que se conseguisse uma economia de 1875 toneladas/ano de “fuel oil”.

Esses empréstimos foram destinados a dezesseis cooperativas e à Associação dos Produtores de Hortigranjeiros do Litoral, possibilitando apoio a 21.400 associados.

A Secretaria da Agricultura, por sua vez, através da ACARPA-EMATER, possibilitou orientação técnica aos produ-

tores rurais, principalmente no que diz respeito às vantagens que podem ser obtidas com o associativismo e cooperativismo.

Foram assessoradas nada menos que 42 cooperativas, com 69.000 associados, 20 associações de produtores e criadores, com 1.200 associados; 33 sindicatos, com 53.100 associados; 3 colônias de pescadores, com 2.600 associados; 2.436 grupos informais de produtores, com 49 mil membros e 645 grupos informais de donas de casa, com 10.500 membros.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, graças à ação efetiva do Governo do Estado junto ao cooperativista, o processo associativo expandiu-se por todo o Paraná.

Cite-se ainda a contribuições do BANESTADO, que expandiu os seus empréstimos às cooperativas, atingindo um montante de 690 milhões de cruzeiros em tal modalidade de empréstimos.

A Secretaria do Planejamento, por sua vez, através do IPARDES, desenvolveu o projeto de Comercialização do Pescado do Litoral Paranaense, já em execução, abrangendo a criação de uma Cooperativa de Pescadores Artesanais, para realizar a comercialização e oferecer apoio ao pescador artesanal do Litoral.

Esses números, Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisam ser do conhecimento de todos nós, pois bem demonstram a preocupação do Governo do Estado em possibilitar a solução de muitos problemas ligados às diversas comunidades, que só se poderia encontrar por intermédio do cooperativismo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna destinada à Oposição nesta Casa, para caracterizar meu pronunciamento, por ser ele apartidário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Mais vale uma democracia em dificuldades do que uma ditadura progressista".

Esta afirmação foi feita no último dia 10 de abril, no Rio de Janeiro, pelo Presidente João Baptista Figueiredo. Para nós, políticos, a expressão usada pelo Chefe da Nação veio reafirmar mais uma vez, a pretensão de se levar o projeto de implantação da democracia no País, até o final.

Por outro lado, a expressão usada por Figueiredo vem alertar mais uma vez aqueles que não estão satisfeitos com a democracia que se implanta nesta Nação.

Sabemos nós, por conversas de bastidores, que o processo de democratização que se implanta no Brasil não é do agrado de todos.

Um dos principais sintomas disso, são os reiterados atentados que se vêm registrando em todo o País, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A sede da Ordem dos Advogados do Brasil, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o jornal "Tribuna da Imprensa", a residência do Deputado Marcelo Cerqueira e outros atentados, registram muito bem a insatisfação de determinadas pessoas ou grupos com relação ao processo democrático.

Trata-se de um tipo de gente que não sabe o que é uma democracia e que vive mergulhada no caos, nos sonhos com uma ditadura. Gente que não sabe conviver com exilados políticos que regressaram ao Brasil graças à abertura protagonizada por Figueiredo.

Gente que não sabe ouvir o que tem a dizer o povo. Que não deseja ouvir falar de pobreza, subnutrição, etc. Que não admite a formação de correntes de pensamento diferentes daquelas a que estão habituados. Que tem mania de achar que tudo é obra do Partido Comunista e com isso só divulga o PC,

que no Brasil não passa de algumas dúzia de cabeças.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós políticos que confiamos na abertura e não acreditamos que o Presidente Figueiredo seja capaz de não cumprir com suas palavras, não podemos ficar alheios a certos perigos que ameaçam o processo democrático.

Perigos esses que vêm sendo enfrentados pelo Chefe da Nação, de peito aberto, com declarações como a que citamos no início de nosso pronunciamento.

Assim, Srs. Deputados, acreditamos que o que o Presidente Figueiredo necessita, com extrema urgência, é de um apoio integrado da classe política.

Sem esse apoio, acreditamos que até mesmo a realização de eleições diretas no ano que vem, estejam sob ameaça. É preciso que nos unamos em torno dos ideais democráticos demonstrados pelo Chefe da Nação.

Queremos lembrar que ainda uma entrevista do Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, publicada pela imprensa no último dia 11. Nesta entrevista, ele afirma que o Governo dará posse aos que vencerem as eleições de 83. Condenou ainda as tentativas de se prorrogar os mandatos, dizendo que estas são incompatíveis com a abertura e desservem ao processo democrático e aos objetivos do Presidente Figueiredo.

Pode haver mais demonstração de interesse no processo democrático, do que essa? Duvidamos disso.

Concluindo, Srs. Deputados, reiteramos a necessidade do apoio ao Presidente Figueiredo, pela classe política. Afinal, estamos diretamente relacionados com a implantação da democracia no País.

Por isso, encaminhamos hoje à Mesa um requerimento solicitando o envio de telex ao Presidente Figueiredo, manifestando todo o nosso apoio à sua determinação de concluir a implantação do regime democrático em nosso País.

Este telex, que deverá conter especificamente os nomes de todos os Parlamentares que o apoiarem neste Planário, não deverá ser assinado apenas pelos integrantes da nossa bancada.

Fazemos um apelo para que todos os Deputados que integram esta Casa o subscrevam. Trata-se, frise-se bem, de uma manifestação de apoio à implantação da democracia, e não ao Presidente Figueiredo ou ao militante do PDS.

Esperamos pois, contar com o apoio do PMDB, do PTB e do PP.

Vamos contribuir na luta pela democracia."

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) :

Deputado Gabriel Sampaio, Vossa Excelência, com esse pronunciamento, faz com que eu lembre de uma expressão usada pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro oficial general de plantão no Governo desse sistema implantado a partir de 64, quando ele, dentro de um projeto, também pessoal, de democratização do processo social brasileiro, teria dito a elementos representativos da sociedade civil, que esses elementos contivessem seus radicais que ele, por sua vez, com sua liderança castrense, se encarregaria de conter os radicais do seu lado.

Mas, Castelo Branco morreu acidentado. Ocorre, entretanto, que a linha dura colocou na presidência do sistema, um oficial general de sua linha e deu toda esta confusão que o País e que o mundo assistiram.

O Ato Institucional número 5, os anos negros da tortura, da repressão, da opressão de 68 até a queda do AI-5. E Vossa Excelência observar, também na expressão do ex-Presidente da CNBB, D. Aluísio Lorscheider quando ele, referindo-se ao regime brasileiro, diz que temos que considerar o sistema no Poder, em dois níveis: aquele aparente, que reverenciamos alguns como autoridades constituídas, Presidente, etc., e o que é mais pesado, mais grave, o Poder paralelo chamado generica-

mente "sistem" e que atua nas sombras, atua nos porões e que claro, com a abolição do AI-5.

Mas, a não abolição das leis de exceção como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e tantos outros instrumentos legais de repressão da sociedade civil, fizeram com que esse aparelho de repressão continue lubrificado, prontinho.

Há uma semelhança histórica muito grande entre estes atentados de extrema-direita que Vossa Excelência cita alguns deles em seu pronunciamento, com a impunidade por parte de aparelhos de repressão que se mostraram muito hábeis, muito capazes e eficazes para reprimir determinadas manifestações da sociedade civil neste período negro de 68 até a abolição do AI-5. Mostrando que há uma efetiva cumplicidade entre o aparelho de repressão ainda instalado no País e estes atentados que aí estão.

Parece-me que a classe política, como um todo, é também uma vítima desta loucura desbragada desses desesperados de 64 que tentam manter no poder da vala, no poder da bomba, no poder do atentado, o mesmo estado de coisas que precedeu a 68, e tentando criar a mesma histeria popular que foi criada nos idos de março de 64.

Gostaria de saber até que ponto realmente o Presidente, General Figueiredo, representa o sistema, como poder paralelo ou representa o sistema como efetivo condutor do processo social brasileiro?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Deputado Renato Bernardi, Vossa Excelência, por ser meu amigo da mesma cidade, conhece muito bem os meus pontos de vista de 74, quando aqui juntos chegamos.

O que acho, Deputado Bernardi, é que poucas coisas sobram para manipularmos. Vossa Excelência sabe que as prerrogativas do Poder Legislativo de 64, a quantas ficaram. Vossa Excelência sabe que pouca coisa, a classe política ou o Parlamentar, que é o único neste País eleito pelo voto direto, pode fazer.

Então, quando proponho e peço o seu apoio pessoal é que é uma das coisas que podemos fazer, sob pena de amanhã... porque Vossa Excelência há de convir comigo que o Presidente Figueiredo poderia simplesmente se omitir, se representasse esse sistema repressivo que Vossa Excelência falou.

Poderia se omitir com relação à sua promessa jurada antes de ser empossado na Presidência da República, como também de deixar esta coisa correr para que realmente motivos tivessem para que, a partir do ano que vem, tivéssemos mais um "pacote casuístico" neste País, e que transformasse ou adiasse, ainda mais uma vez, a reimplantação da democracia.

A minha preocupação é que possamos deixar o Presidente Figueiredo sozinho, nesta empreitada. Vossa Excelência também sabe muito bem que no Congresso Nacional, Parlamentares de todos os partidos políticos — porque infelizmente neste País não temos ainda partidos políticos formados ideologicamente; muito menos filosoficamente, e que os interesses pessoais, desgraçadamente ainda em muitas ocasiões e para muitos Parlamentares, superam os problemas desta Pátria brasileira, Vossa Excelência sabe que Parlamentares de todos os Partidos têm grandes interesses na prorrogação de mandatos ou outros casuísmos que venham a denegrir o nosso País e que venham a adiar um perfeito regime democrático.

Particularmente, quero acreditar que o Presidente da República esteja certo e que seja sincero. Quero acreditar, porque acho que dentro deste esquema de força montado, é a nossa última esperança.

Deputado Renato Bernardi, não tenho grandes ilusões com relação ao povo. Sabemos quanto o nosso povo é desinformado, o quando ele é conduzido, o quanto ele é sofrido e não há condições de aqui queremos dizer que o povo brasileiro vai se levantar num movimento revolucionário autêntico e

vai transformar este País numa grande Nação e numa grande Nação democrática.

Portanto, as armas que estão em nossas mãos — as armas que eu digo, no sentido pacífico de armas — é realmente darmos um voto de confiança ao Presidente da República, que tem feito e tem demonstrado — o que acho mais importante — com atos efetivos, a sua intenção de lá chegar.

Não sei, Sr. Deputado, se ele vai chegar lá, mas quero crer que vai chegar, os atos demonstram, como já demonstraram, são reais, palpáveis, visíveis e práticos.

Por isso, Sr. Deputado, é que quero que Vossa Excelência também participe desta manifestação, para que possamos fazer mais uma tentativa séria, para que possamos realmente ter eleições gerais no ano que vem, a todos os níveis, que acho será o grande marco histórico desta Nação.

O SR. Renato Bernardi — Vossa Excelência só me permite, o que seria quase que um diálogo, nem bem um aparte, só para colocar algumas questões?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Perfeitamente.

O SR. Renato Bernardi — Entendo, Deputado Gabriel Sampaio, e conheço as posições que Vossa Excelência pessoalmente tem assumido desde a sua caminhada inicial em Maringá. Sei que Vossa Excelência é um liberal por essência, que Vossa Excelência tem um ideal político, um ideal democrático a nortear os seus passos.

Acho esse pronunciamento de Vossa Excelência, contendo aspectos altamente positivos. Entendo, entretanto, que não bastaria apenas a solidariedade, mas muito mais do que isso, a necessidade de, se o General Figueiredo realmente tem esse propósito liberalizante, democratizante, que possa ser libertado dos resquícios que a ditadura ainda mantém neste País e o conserva amarrado.

Porque também parece-me que a grande questão nacional a grande crise de identificação por que passa o Brasil, hoje, não poderia ser resolvida pura e simplesmente por um calendário eleitoral.

Agora acho positivo quando Vossa Excelência se preocupa, claro, com coisas que, num Parlamento de um País, no mínimo civilizado, seria um absurdo se pensar, prorrogação de mandatos, casuísmos eleitorais, pacotes, tudo isso seria um absurdo pensar-se num país que tivesse alguma nuance democrática.

Acho altamente positivo quando Vossa Excelência enfoca esse problema e inclusive, manifesta a sua posição de rebeldia e de oposição total a qualquer casuísmo que venha a mudar a regra do jogo e mudar principalmente uma procuração dada pelo eleitorado para os Parlamentares, que foi de quatro anos para nós, Deputados, e de oito anos para os Senadores. Não tem sentido qualquer prorrogação de mandato.

Acho positivo.

Acho positiva a preocupação que Vossa Excelência tem em relação às intenções e às condições para que as intenções do General Figueiredo se realizem.

Acredito, entretanto, que a gente teria que avançar um pouco mais no processo e começar a discutir a coisa em cima de um projeto político específico não poderia jamais ser discutido, sem determinados pré-requisitos entre os quais o fundamental, o essencial que é a abolição de toda a legislação excepcional, a começar pela Lei de Segurança Nacional.

O desmantelamento desse aparelho repressivo, que aí está a ameaçar a sociedade civil, e a verdadeira libertação, então, do General Figueiredo, desse poder paralelo.

E este projeto político específico, não pode também pensar em dar uma destinação ao País, sem passar, antes, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que gere um pacto social realmente livre, realmente soberano e que represente realmente as necessidades nacionais.

Mas Vossa Excelência está de parabéns, porque levanta nesta semana fria, depois de dez dias de prolongados feriados um assunto que mereceria, realmente, um plenário mais cheio, mais atento, mais disposto ao debate.

Muito obrigado.

O Sr. Lázaro Dumont — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, inicialmente desejaria congratular-me com Vossa Excelência, pelo tema que traz à Casa no dia de hoje, e dizer que também acredito que o Presidente Figueiredo esteja realmente imbuído do desejo de fazer deste País uma democracia.

Acredito que o Presidente Figueiredo tenha vontade de fazer deste País realmente um País democrático, onde os políticos não vivam num mundo de medo e possam, livremente, exercer o seu mandato dentro do critério que lhe foi confiado pelo povo. Uma democracia que tire o medo do político entrar em eleições com voto vinculado, com voto distrital, com tantos subterfúgios no processo eleitoral que, hoje, se avolumam neste País.

Um regime democrático que permita a verdadeira liberdade da classe trabalhadora, da classe sindical, onde o movimento sindical possa se ver livre do jugo do Ministério do Trabalho, que aliás, não é culpa deste Governo, porque o Ministério do Trabalho já foi criado, efetivamente, para ser o órgão do governo em cima do movimento sindical, anterior ao ano de 1.964.

Uma democracia onde as negociações coletivas poderão ser francas e abertas, sem interferência de quem quer que seja. E, quando houver interferência, seja, exclusivamente, para conciliação.

Uma democracia em que o dirigente sindical esteja isento do medo das constantes intervenções na sua entidade de classe.

Enfim, uma democracia como se assiste e se lê, em muitos países do mundo.

Acredito que o Presidente Figueiredo, nobre Deputado, tenha essa intenção. Porque, nos inúmeros pronunciamentos que Sua Excelência tem feito, tanto na imprensa escrita como na falada e televisionada é constante esse desejo.

Agora, entre o desejo, a vontade e a realização, nobre Deputado, há um abismo muito grande. E esse abismo, essa distância, o Presidente Figueiredo poderá superá-las.

Mas, para que Sua Excelência venha superar essas dificuldades, há necessidade, primeiro, neste País, de se mudar sua estrutura política de ministros que não aceitam dialogar; de ministros que são uns deuses, os donos da verdade, que não aceitam, de maneira nenhuma, sugestões, porque a política deles é a certa.

Então, nobre Deputado, há muita coisa que o Presidente terá que fazer para alcançar o projeto da verdadeira democracia, neste País.

E um desses fatores mais importantes, é, sem dúvida nenhuma, a troca ou a mudança de forma com que alguns Ministros se dirigem, hoje, ao povo brasileiro.

Então, nobre Deputado, congratulo-me com Vossa Excelência, porque está preocupado e eu também estou e todos estamos preocupados. Queremos verdadeiramente, um regime democrático. Mas um regime que alcance a Nação inteira, não somente os quadros políticos, com facilidade de eleições para os políticos mas se deixa a classe sindical dentro da representação como está, não uma democracia que venha alcançar somente a classe sindical, mas que o povo brasileiro não tenha verdadeiramente condições de escolher os seus legítimos representantes, sendo envolvidos em processos esdrúxulos.

Então, repito, nobre Deputado, é preciso democracia em que a Nação inteira realmente participe.

Aí sim, teremos o verdadeiro apoio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Deputado Lázaro Dumont,

Vossa Excelência tem uma participação nesta Assembléia, das mais efetivas, e Vossa Excelência também conhece o meu pensamento.

A minha preocupação é de que nesse País há coisas paradoxais. Normalmente, quando se fala que um Ministro está prestigiado, é porque ele vai sair; quando se fala que a gasolina não vai aumentar, é porque nas próximas 48 horas virá o aumento, e como se está falando hoje, no País inteiro que não vai se prorrogar mandatos, a minha preocupação, Deputado Dumont, é que nos porões, como disse o Deputado Renato Bernardi, do poder, está se tramando mais um pacote de casuismo, de atos antidemocráticos e que nós, democratas, representantes do povo, eleitos pelo povo, temos a obrigação de nos manifestar, sob pena de omissão, porque aí estão as emendas do Congresso Nacional já propondo esse absurdo.

Acho que . . .

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao nobre Deputado que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, eu falo no Grande Expediente.

Já passou uma hora? Ah! Trinta minutos.

Então, dou o aparte ao Deputado Deni Schwartz, que havia solicitado.

O Sr. Deni Schwartz — Gostaria imensamente de já estar tranqüilo e apor a minha assinatura no seu telex, mas alguma coisa deve ser considerada.

Primeiro, a frase citada do General Figueiredo. O outro personagem citado é o Vice-Presidente da República.

Diz-se pelo Brasil a fora, que o General Figueiredo preside mas não governa. Tanto é assim que, segundo uma estatística bem elaborada, o General Figueiredo só é superado em viagens para o exterior, pelo Papa. Isto não é piada.

Parece que, atrás dessas viagens constantes do General Figueiredo, inclusive indo novamente à Argentina, está a vontade de alguém ou de algum grupo, para que aqui ele não fique, aqui ele não governe.

O outro personagem, o Vice-Presidente da República, o civil Aureliano Chaves, não é do grupo da reunião palaciana de todas as manhãs, e é ostensivamente negada a sua condição de Vice-Presidente. Ele tem sido hostilizado constantemente.

Portanto, não sei se as duas figuras citadas são as que respondem pelas coisas deste País.

Dizer que temos que acreditar no Presidente, até aí eu concordo. Acho que ele é sincero, mas que não governa, e aí iríamos no fundo da ferida das questões brasileiras. Não falo pelo passado, inclusive da origem do General Figueiredo, que é uma origem horrível, e já fiz um apelo inclusive para esta Casa, para que imediatamente se comece a contestar a vinda de um novo homem do SNI para Presidente da República.

A origem é horrível, do General Figueiredo, mas parece que ele é um homem sincero, mas me parece também que não governa. Preside mas não governa. É uma espécie de Rainha Elizabeth, do Brasil. Infelizmente, é isso o que existe, pois senão vejamos: fosse democrata, não teria permitido a prorrogação dos mandatos dos prefeitos. Fosse democrata, não teria permitido a maior trapaça política já feita neste País, para eleger o Sr. Nelson Marchezan, coisa que aliás, chegou a afetar alguns membros do próprio "staff das 10 horas".

Portanto, um Presidente que se diz democrata, prorroga mandatos. Acho que ele seria sincero, se em rede nacional fosse e fizesse de uma vez por todas e talvez aí pudéssemos então assinar o seu telex.

Façamos esse telex nesse sentido: "General Figueiredo. A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solidariza-se com Vossa Excelência se, em Rede Nacional de Televisão, proibir

que se fale em prorrogação de mandatos de Deputados, mudança das regras do jogo político já estabelecida para 1982". Que diga isso e que nenhum mais dos seus assessores, saia pelo País afora como saiu o Presidente do PDS, a verificar se o PDS vai ganhar em quantos e perder em quantos Estados. Porque daí, em função de ganhar ou perder, nós teremos as regras do jogo.

Enquanto ele estiver permitindo isso, ele não pode merecer de uma Assembléia Legislativa esse apoio. Porque democracia é uma coisa que serve para muitas doenças, a implantação da democracia, como diz o seu telex, pode ser mal interpretada e pode vir como disse bem o Deputado Lázaro Dumont, vir o voto distrital, vir o distritão de acordo com as conveniências, eu já nem digo do PDS, mas de acordo com as conveniências daqueles asseclas do grupo das 10.

Portanto, a minha assinatura Vossa Excelência terá se redigido claramente, no sentido daquilo que se fala os "pacotões", sejamos contra.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência continua com a palavra, agora em nome da Liderança do Partido.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Deputado Deni Schwartz, eu discordo de Vossa Excelência em vários pontos. Em primeiro lugar, Deputado, eu acho que nós não podemos pregar as coisas com dois sentidos. Se falamos em liberdade de imprensa, ela deverá ser total naquilo que nos agrada e naquilo que nos desagrada.

Em primeiro lugar, Deputado, acho que se o Presidente do meu Partido, percorreu o País para verificar em quais Estados o PDS ganha ou não ganha, é uma obrigação dele como Presidente de um Partido e, acreditando aí, Deputado, com muito boa vontade, que os Partidos que têm no Brasil são coisas bem estruturadas, são coisas bem sérias, ideologicamente formadas, o que não é verdade na minha opinião.

Deputado, o que eu acho, é que nós não podemos apenas e aí também respondo ao ilustre Deputado Renato Bernardi, falarmos das coisa que faltam a ser feitas. Nós paramos de falar em anistia Deputado, paramos de falar em anistia, porque a anistia foi feita e foi feita de uma forma ampla, geral e irrestrita. Nós paramos de falar em AI-5, porque AI-5 graças a Deus, foi extirpado da legislação brasileira. Nós paramos de falar em presos políticos, porque graças a Deus, não há mais nenhum homem preso politicamente neste País.

Então, o que eu quero, Deputado é que nós passamos a falar em coisas a serem conquistadas e eu acho que nós não temos armas e aí falo no sentido estrito do termo, para derrubarmos o sistema que aí está e, invertermos, todos os nossos sonhos em realizar. Por isso, que eu vim aqui hoje, Deputado Deni Schwartz e prezados colegas da Assembléia Legislativa do Paraná, para pedirmos ao "homem" que dê as condições de, talvez não democratizar esse País como sonhamos, mas de pelo menos manter o esquema eleitoral do ano que vem, sem prorrogação, sem casuismo, sem interferências dos "porões do Palácio do Planalto". É esse o pedido que eu venho fazer a esta Assembléia, que não adianta ficarmos sonhando e pensarmos que nós, parlamentares de direito mas nunca de fato, porque não temos a menor prerrogativa como Parlamentar neste País, somos bonecos, somos homens que aqui viemos para dizer sim ou não em Mensagens Governamentais que não podemos sequer discutir, que não podemos acrescentar um cruzeiro ao Orçamento do Estado.

Então, Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna pedir uma coisa viável, porque acho que pegarmos em armas neste País, que quero que isto nunca aconteça, que nunca se derrame uma gota de sangue de um brasileiro, venho pedir o apoio ao homem, não ao Figueiredo, mas ao que exerce nesta oportunidade a Presidência da República. Para ele que quero pedir, para o cargo que exerce, através de rede nacional que tem

demonstrado, porque as entrevistas que ele deu em várias oportunidades, após os atentados de direita, e após todos estes esquemas de prorrogação de mandato, foram através de rede nacional. Ele tem dito à Nação, tem jurado à Nação, uma Democracia.

É para este cargo, para o homem que hoje eventualmente ocupa a Presidência da República, é que peço a esta Assembléia que coloquemos nossas assinaturas, independente de partidos políticos, porque se a outra corrente vencer, nem nós estaremos mais aqui para dizermos em alto e bom som que queremos fazer deste País uma Democracia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Mesa registra, com satisfação, a presença neste Plenário do Deputado Federal pelo nosso Estado, Borges da Silveira.

A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, o horário da liderança do PMDB será ocupado pelo nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está com a palavra o Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tive oportunidade de solicitar aparte ao nobre Deputado Gabriel Sampaio, com relação ao assunto abordado pelo nobre Deputado desta tribuna, e entendemos válida a preocupação do referido Deputado.

Entendemos também que, para nós, pessoalmente, é tudo "carangueijo do mesmo saco". Mas a verdade é que existem coisas no ar, além dos simples aviões de carreira. Já um velho provérbio chinês dizia: "cada assunto tem três versões, a minha, a sua e a correta". Deve se localizar a versão correta destes últimos acontecimentos no País.

Há quem queria desestabilizar a Abertura de Figueiredo?

Tomamos contato, através de um jornal francês, de uma declaração de Roberto White, ex-Embaixador Norte-Americano no Paraguai, na Nicarágua e exonerado como Embaixador Norte-Americano em El Salvador, assim que o Governo Republicano ganhou as eleições nos Estados Unidos, onde ele dizia, taxativamente: — uma das metas principais do Governo Reagan é desestabilizar a Abertura brasileira. Palavras do ex-Embaixador Roberto Edward White em El Salvador.

Seria a versão correta?

Comentam em Brasília que na segunda-feira em que Figueiredo não foi ao Palácio, ele esteve reunido o dia todo com o Comando Maior do Exército. Comentam ainda que naquela segunda-feira o General Venturini e Octávio Medeiros estiveram reunidos durante sete horas em Aragarças, com três membros da CIA. Seria a versão correta?

Há o Governo invisível. Há o Governo paralelo. Como houve na época de Geisel, na exoneração de Edenardo no Segundo Exército. Mas Figueiredo não tem o poder nas mãos. E este Governo invisível nos parece muito claro, através das presenças de Venturini, Octávio Medeiros e Milton Tavares, Comandante do Segundo Exército em São Paulo. O encontro Paulo Malluf e Médici... Foram tantos os encontros entre estas duas figuras.

Mas o que indignou a Nação Brasileira foi a declaração, a afirmação de Paulo Malluf, que a Rede Globo fez questão de destacar para o Brasil todo. Qual seria a versão deste encontro Paulo Malluf e Emílio Médici?

Nós, do PMDB, pregamos, defendemos e queremos a Democracia plena neste País, mas João Baptista Figueiredo está balançando na rede, buscando algo sólido para se apoiar, mas

sem encontrar.

As viagens constantes do Presidente Figueiredo. Precisamos localizar a versão correta, para tantas viagens do Presidente. A sua ausência nos canais de televisão, de uns tempos para cá, porque normalmente ele fazia uma aparição por dia, com colocações e tiradas sarcásticas, e já vai para quase um mês que não vemos mais o Presidente nas redes de TV deste País. Qual seria a versão correta?

Tentam desestabilizar ou não o Governo Figueiredo? Estaria certo o ex-Embaixador Norte Americano Robert Weith? Porque grupos e pastores já estão instalando escritórios no Brasil, a custo de dólares conquistados e conseguidos em empresas multinacionais para combater a teologia de libertação.

E a TFP que esteve hibernada durante dois anos e volta revigorada nas ruas do País?

São colocações que a classe política tem que debater. Porque não podemos entender e aceitar é o novo golpe da ultra-direita facista reacionária neste País. Daí a participação que tem a classe política brasileira.

Mas, vamos ao assunto que realmente nos trouxe a usar do horário da Liderança, Sr. Presidente.

(Lê):

“O País galopa irreversivelmente para o abismo, sob as rédeas do cavaleiro apocalíptico do Planalto. O mandonismo implantado desde 1.964, formado pelos personagens moldados à uma liturgia revolucionária, continua agredindo a classe política e particularmente a nossa população de baixa renda, já que excluimos os “beni-natis” da Nação.

O desmando do Governo atinge as raias da inconseqüência. A nossa dívida ativa externa já ultrapassa os 75 bilhões de dólares e a inflação, de muito, extrapolou os cálculos dos economês, enquanto outros países — parece ficção — conseguem segurar o custo de vida na marca basáltica de 2 por cento ao ano.

Enquanto aqui a inflação alcança 200 por cento, sendo certo que em alguns produtos o consumidor paga mais de 250 por cento. Entretanto, para desconsolo nosso, os preços estão liberados. Esta liberação é uma fórmula milagrosa que a instituição encontrou para contentar os expoliadores e, inclusive, o mercado gerador de bens de consumo e de capital do País, deixando a culpa por conta da alta do petróleo. Mera tapeação. Vemos a Argentina, que se envenena com a própria saliva da mandonismo indiscriminado, marcar a bobeira em 102 por cento de inflação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, convivemos com um País que é um paraíso inflacionário, onde não há fiscalização. A SUNAB — que é o órgão controlador — preocupa-se só e tão somente com a tabela de refrigerantes, pão e leite. Mas nem só de pão vive o nosso trabalhador. Ele precisa vestir-se, cuidar da família, conseqüentemente consumir feijão e arroz, nossa alimentação básica, já que a carne se destina à classe Rokeffeller e, o sabonete é artigo de luxo. Quanto ao teto, este é um capítulo à parte. Depois que implantaram no Brasil o desmando consentido nesses 16 anos de ditadura disfarçada, a política habitacional é uma agiotagem federal. Casas populares e aquisição da casa própria é um mero sonho de verão. E alguns homens encontraram os meios para as suas ambições: a especulação imobiliária.

A revolução industrial provocou a revolução urbana e nada se faz para conter a exploração do espaço vital. Desde os arredores de minas de carvão, ao aparecimento de uma nova cidade e unidades de habitações são criadas e se expandem em casebres. Os aluguéis — num país onde cerca de 80 por cento da população não possui casa própria — foram liberados. E os aumentos giram em torno de 100 a 250 por cento, afora os encargos que sofreram acréscimos razoáveis. O solo se valorizou, não tanto como nos contratos a que os locatários estão sujeitos.

Quanto ao BNH, nem se fala, os reajustes são alarmantes, ultrapassando 60 por cento. Milhares e milhares de mutuários estão impossibilitados de pagar suas prestações, porque os salários estão defasados diante dos aumentos. Em São Paulo, na região denominada Grande ABC, onde os habitantes, na sua maioria, são trabalhadores especializados, há vilas de casas abandonadas pelos seus “pseudos” donos. Por que? Simplesmente porque não conseguem saldar seus compromissos contraídos junto às instituições financeiras sob o regime do BNH. E o Governo onde está? Está ao lado dos expoliadores que precisam construir rápido e não importa como, não importa onde. É, exatamente, nesta hora que os alquimistas imobiliários transformam seus tijolos em ouro, obtendo lucros fabulosos.

As autoridades devem tomar consciência e assumirem o desmando e a responsabilidade pela incomum estatística inflacionária, este fenômeno estranho somente desconhecido pelos donos da verdade econômica do País, que descartam facilmente os números aritméticos dessa realidade incontestada. Estes mesmos donos da verdade, hoje, estão com suas glândulas endócrinas retraídas, porque o Padroeiro do Sertão agreste, São José, mandou chuva sobre o polígono das secas. Agora, o Ministro do Interior, Mário Andreazza já pode pegar o avião de recreio e ir para o caribe e os “coronéis” do Nordeste estão dissuadidos, já não podem fazer política com o dinheiro “destinado” aos flagelados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, até quando o povo brasileiro suportará este mandonismo indiscriminado, quando o fantasma da fome está rondando a família? A fome ameaça a Nação numa escala jamais experimentada antes e a crise alimentar tem ocupado manchetes de jornais nos mais diferentes pontos deste País tropical. O Brasil, infelizmente, anda na contramão com as dívidas externas e a expressiva inflação; talvez queiram encontrar o caminho de um novo “Milagre Nacional”.

E os jornais destacam, Sr. Presidente: a gasolina, 66 cruzeiros, subindo 10 por cento; o álcool que mais parece, hoje, um derivado do petróleo, está em 42 cruzeiros, com um aumento de 31 por cento; o diesel, 32,50 e o gás de cozinha, 345 cruzeiros, fora os aumentos já previstos, para o fim do mês, das tarifas de energia elétrica, e da água.

Hoje, para o trabalhador comprar a ração essencial que prevê a Lei 399, de 1.938, aquela ração essencial e básica para o trabalhador se alimentar, ele precisa de 75 por cento do salário mínimo que vigirá a partir de 1.º de Maio.

Isso sem contar a alimentação para a família, o vestuário, o lazer, o ônibus, o aluguel do casebre, a água e a luz!

Esta é a realidade brasileira, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Declina)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

CRDEM DO DIA.

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — da Proposição n.º 72/80, de autoria

do Deputado GABRIEL SAMPAIO, com apoioamento nos termos constitucionais e que altera o parágrafo 2.º do artigo 42 da Constituição Estadual, modificado pela Emenda à Constituição n.º 6, suprimidos seus incisos, passando a vigorar conforme específica. (Eleição de Governador e Vice-Governador). Parecer FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma à Constituição, com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. — Aprovado, por unanimidade.

REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO N.º 72/80
EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO

Artigo único — o parágrafo 2.º, do artigo 42, e o artigo 147, da Constituição, passam a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 2.º —

§ 2.º — A eleição do Governador e do Vice-Governador do Estado, para mandato de quatro anos, far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto; o candidato a Vice-Governador será considerado eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado”.

“Art. 147 — Cessada a investitura no cargo de Governador, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, a título de representação, a uma remuneração mensal e vitalícia igual aos vencimentos do cargo de desembargador”.

Sala das Comissões, em 09 de abril de 1.981.

aa) Gabriel Sampaio, Presidente,
Airton Cordeiro, Relator.

3.ª — DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/80, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de Utilidade Pública a “União Parlamentar Interestadual”, conforme específica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Agostinho Dellapria, ocorrido na cidade de Doutor Camargo. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. João Pereira, ocorrido hoje na cidade de Nova América da Colina. Aprovado :— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. João Skraba, ocorrido dia 18 p.p.,

no Município de Araucária. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. João Correia de Freitas, ocorrido nesta Capital. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo passamento da Irmã Rafaela Wanda Rymkievicz, ocorrido na data de hoje na cidade de Prudentópolis. Aprovado : — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça, de fotocópia de transcrição imobiliária e do substitutivo geral para integrar o Projeto de Lei n.º 29/81, ora em apreciação pela mesma. — À Comissão de Constituição e Justiça, para juntar ao referido Projeto.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Neiton Friedrich e Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando envio de ofício à Binacional ITAIPU, encarecendo a nomeação dos expropriados da Hidrelétrica de Itaipu, reassentados nos limites do próprio Estado, bem como a localização e superfície das terras a eles destinadas. Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.
(É feita a verificação de votação)

16 Srs. Deputados aprovam; Nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 201/79, 175/80, 06/81 e 176/80.

Marcando ainda, uma sessão para dia 24, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 155/80 e 160/80.

Levanta-se a sessão.